



## SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE ALUNOS INDÍGENAS DE DOURADOS/MS

Margarida Xisto da Soares Soares<sup>1</sup> (UFMS/ CPTL)

**RESUMO:** Este trabalho, parte integrante de um projeto de dissertação de Mestrado em desenvolvimento, estuda o processo identitário de alunos indígenas aldeados, que estudam em escola indígena de Dourados/MS. Visa-se analisar os discursos presentes em questionários respondidos por educadores e em textos escritos por alunos indígenas do Ensino Fundamental, sobre questões ligadas aos estereótipos sociais e históricos que esses indígenas vivenciam na sala de aula. O estudo, a partir da materialidade linguística, via processo de referenciação, das diferentes vozes, das formações discursivas, das marcas de subjetividade que constituem a memória discursiva dos sujeitos alunos indígenas e sua (des) identificação aponta para uma relação preconceituosa e de segregação por parte do não índio e até mesmo deste de si. Postula-se que a presença de marcas de discriminação social nos dizeres desses sujeitos integra o processo identificatório desses povos indígenas, no bojo de um contexto sócio-histórico repleto de conflitos e contradições. Como aporte teórico são usados os conceitos de Análise do Discurso do filósofo e historiador Foucault, Coracini, Guerra e, dos estudos culturais, os conceitos de identidade de Hall e de Bhabha. Os dados, analisados de uma perspectiva transdisciplinar, apontam para efeitos de sentido mobilizados pela memória discursiva e mostram representações dos índios como seres marginalizados e interditados. Por outro lado, os alunos indígenas têm a escola como afirmação à identidade de índios, numa posição de resistência ao poder e à cultura do homem branco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória discursiva. Efeitos de sentido. Identidade indígena

### SEGREGATION AND RESISTANCE: A DISCURSIVE LOOK AT INDIGENOUS STUDENTS IN DOURADOS / MS

**ABSTRACT:** This work, part of a Master's dissertation project in development, studies the identity process of indigenous villagers students, who study in an indigenous school of Dourados / MS. The purpose is to analyze the discourses present in questionnaires answered by teachers and texts written by elementary school students on issues related to social stereotypes and historical experience that these indigenous students undergo in the classroom. This study, from a linguistic perspective, via a referential process, the different voices, discursive formations, the marks of subjectivity that constitute the memory of discursive subjects and their (non) identification, points to a relationship and biased segregation. It is postulated that social discrimination marks present in the words of these individuals is part of the identification process of indigenous peoples, in the midst of a socio-historical context fraught with conflicts and contradictions. As a theoretical contribution, philosopher and historian Foucault, Coracini and Guerra's concepts of Discourse Analysis and Hall and Bhabha's cultural studies and identity concepts are used. The data, analyzed from a cross-disciplinary perspective, point towards mobilized sense effects by the discursive minority and show the representations of indigenous people as marginalized and interdicted. On the other hand, for indigenous students, school is as an affirmation of indigenous identity in a position of resistance to power and white culture.

**KEYWORDS:** Memory discourse. Effects of sense. Indigenous identity

---

<sup>1</sup> Mestranda em Letras- Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Câmpus de Três Lagoas-MS. e-mail: [margaridaxisto30@yahoo.com.br](mailto:margaridaxisto30@yahoo.com.br)



## Introdução

E é no exato momento em que o sujeito se insere no discurso, que busca palavras (que são sempre suas e do outro) para se definir, que ele se singulariza. É no exato momento em que se submete às expectativas do outro - ou talvez por isso mesmo-, que resvalam, cá e lá, fragmentos, fagulhas candentes de subjetividade que se diz: escapam representações, desejos, inconscientes e abafados [...] (CORACINI, 2007, p. 24).

Considerando que o sujeito se constitui na e pela linguagem e que é incapaz de controlar os efeitos de sentido de seu dizer (CORACINI, 2007), pois não tem controle de si, ele constrói a sua identidade em um constante movimento, em que “espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”. (BHABHA, 1998, p. 19).

Inscrita nesse jogo, a EEI - Educação Escolar Indígena pode ser considerada como um espaço de transição entre o novo e o velho, no que tange às lutas e conquistas legais em relação ao direito à valorização da língua, da cultura, das tradições e respeito aos processos de aprendizagem do sujeito aluno indígena. Com isso, procura manter as diversas formas de produção do conhecimento sobre a própria cultura e as diferenças, na tentativa de garantir a sustentabilidade étnica, o que nos proporciona trazer à tona a discussão sobre esse sujeito e suas representações por meio de sua própria voz e da voz do outro.

Na cidade de Dourados, a EEI teve início graças ao MECA- Missão Evangélica Caiuá, em 1929, data em que a primeira equipe missionária saiu de São Paulo para vir trabalhar com os indígenas da RID- Reserva Indígena de Dourados, visando, principalmente, prestar assistência aos indígenas na evangelização, saúde e educação, na tentativa de integração e civilização dos indígenas ao Estado Nacional Brasileiro. Mas foi a partir de 1931, que iniciou atividades específicas na área da EEI com a criação da “Escola diária” para alfabetização de crianças dentro da reserva indígena Jaguapiru, numa sala no posto do SPI - Serviço de Proteção aos Índios.

A partir de 1973, a escola da MECA passou a ser uma escola municipal com estabelecimento de um “acordo” não oficializado entre a missão e a prefeitura de Dourados. Em 1980, a escola amplia o atendimento para o curso ginásial (5ª a 8ª séries)

passando a ser registrada como Escola Municipal de Primeiro Grau Francisco Meireles em homenagem ao sertanista “Francisco Meireles”. Sendo que, o contrato que vigora até hoje é o firmado entre a prefeitura e a missão desde 1989, ficando a MECA responsável pela cedência das instalações para o funcionamento da escola e a prefeitura com as despesas, como: material didático e pagamento de recursos humanos.

Segundo Troquez (2006, p. 66), uma grande pesquisadora da comunidade indígena em questão, a proximidade da escola do MECA com a cidade e com as aldeias favorece seu povoamento, pois estudantes não índios que moram na periferia das cidades preferem estudar na escola da Missão, por se sentirem menos discriminados em relação às escolas das cidades. Ainda para a pesquisadora a partir de 1990 a escola passa a atender o Pré e 1º Grau alterando em 1999 seu nome para *Escola Municipal Francisco Meireles*.

Essa tentativa contribui, entretanto, para o apagamento do diferente, do discurso do aluno indígena em que ecoa a voz do estrangeiro que transita em um espaço que não é seu, mas do outro, de modo a causar estranhamentos, deslizes, rupturas no aluno indígena e no outro, alimentando a resistência e a segregação por parte de si e do outro.

Dourados é um município brasileiro, no estado de Mato Grosso do Sul, cuja população indígena é muito significativa, conforme dados do censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registra cerca de 13 mil indígenas de diferentes etnias. Destacam-se, no cenário multicultural do estado, as seguintes tribos: Kaiowá, Guarani, Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaiet, Kinikinawa, kamba e Atikum.

No município em questão há duas aldeias indígenas, Jaguapiru e Bororó, como alvo de nossa pesquisa, selecionamos a comunidade Jaguapiru e, no interior desta, a Escola Municipal Francisco Meireles. Nelas vivem as etnias: Guarani, Terena e Kadiwéu e alguns não índios, localizando-se no entroncamento que liga duas cidades: Dourados e Itaporã.

Desse modo, os problemas presentes nas cidades – drogas, violência, alcoolismo - estão invadindo as aldeias indígenas de maneira intensa, propiciando o contato com os homens brancos e negros. Esta situação favorece o plurilinguismo, bem

como, estranhamentos entre culturas que se chocam e se deslocam, produzindo novas identificações nos mais variados espaços, inclusive na escola.

É nesse sentido, que nos preocupamos com as questões ligadas aos estereótipos sociais e históricos que alunos indígenas vivenciam no meio social, inclusive na escola. Assim, assumimos o compromisso de estudar o processo de construção identitária de alunos indígenas aldeados que frequentaram, em 2010, o 9º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Francisco Meireles - Dourados/MS. Em que buscaremos respostas às seguintes indagações:

- Quais as relações de poder e resistência que permeia o que é dito no ambiente escolar?
- Quais as representações que os alunos indígenas têm de si e do outro, indígenas/não indígena em decorrência dos deslocamentos?

Postulamos que a presença de marcas de discriminação social nos dizeres desses sujeitos no ambiente escolar integra o processo identificatório dos povos indígenas, no bojo de um contexto sócio-histórico repleto de conflitos e contradições, marcado por anos de opressão, marginalização, preconceito e estigmatização social.

## **1. Referencial teórico**

Na elaboração deste artigo, adotamos o enfoque teórico da Análise do Discurso de linha Francesa, que se define por uma proposta de novas maneiras de ler os discursos. Assim, consideramos o sujeito educador e o sujeito aluno indígena como construções sócio-históricas e como constituídos na/pela heterogeneidade do discurso, “no e pelo espelho do olhar do outro”. (CORACINI, 2007, p. 9).

Também nos pautamos nos princípios da referenciação linguística, pois se, conforme afirma Guerra (2008, p. 67), “referenciar, no processo da língua em uso, envolve interação e o ponto de vista do locutor [...]”, os mecanismos de referenciação podem marcar, nos discursos, a relação sujeito/enunciado/espço, apontando também para o lugar que ocupam e de onde se pronunciam esses sujeitos.

Sob o olhar dos estudos culturais, em especial, o conceito de identidade proposto por Hall (2006, p.13) – “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é fantasia” –, abordamos, por meio da materialidade linguística, a língua como lugar do equívoco, da falha, da contradição, lugar de poder que constitui o sujeito historicamente, focalizando o trabalho simbólico por meio do qual ele se representa e representa seu mundo, a fim de compreender as relações de poder e resistência que permeiam o que é dito.

## 2. Análise dos dados

Para problematizar a construção identitária do aluno indígena, reunimos enunciados presentes em questionários abertos respondidos por um grupo “misto” de educadores e em textos escritos por alunos de diferentes etnias indígenas, entre fevereiro e março de 2010, referentes às realidades desses povos. Nesses enunciados, foram realizados recortes de discursos que julgamos apresentar segregação e resistência e, neles, sequências significativas, aqui representadas como **E1 e E2** (educadores) e **E3 e E4** (alunos indígenas).

Com base no princípio segundo o qual a linguagem é uma atividade sociocognitiva, “em que a interação, a cultura, a experiência e os aspectos situacionais interferem na determinação referencial [...]” (GUERRA, 2008, p. 68), solicitamos a contribuição dos educadores e dos alunos indígenas para que se manifestassem falando de si e do outro, a partir de seu “arquivo”, de sua língua, sua cultura e de sua posição social, a fim de que pudéssemos estudar aspectos de seu imaginário e, portanto, de sua identidade e da do outro, pois segundo Coracini (2007, p. 143) é “pelo discurso que diz o que e quem sou, como e por que sou”. Seguem os enunciados:

**E1:** Procuo conversar e mostrar que perante Deus somos todos iguais.

No enunciado, a partir da forma verbal “*procuo*”, na 1ª pessoa do singular, tem-se a marca de subjetividade do enunciador, que, por meio de uma formação discursiva religiosa, aciona, pela memória discursiva, o discurso ético-político da igualdade entre não indígenas e indígenas. Importa chamar a atenção para o fato de que,

no uso do verbo “procurar” como um auxiliar de modalidade (incerteza ou possibilidade) e de aspecto (frequentativo) pelo professor, produz-se o efeito de sentido de várias tentativas de pacificação do ambiente escolar. Além disso, há o silenciamento do discurso jurídico-constitucional (da igualdade perante a lei) e, como efeito, o sentido de que, se no âmbito legal não há igualdade, esta existe no plano religioso.

Vale lembrar que, ao enunciar um discurso universal “*todos iguais*”, outros discursos são também silenciados, ou camuflados, precisamente o discurso da exclusão, do preconceito, uma vez que é preciso “mostrar” ao sujeito, “expor à vista, fazer ver, exhibir” uma possível posição de igualdade, que só se dá em um nível superior, que não depende necessariamente da sociedade, mas de uma crença. E, ao articular a esses discursos o discurso ético, o educador traz em sua voz a suposta verdade democrática “*somos todos iguais*”, silenciando a desigualdade por parte da sociedade envolvente. Esta separação é silenciosa e disfarçada, o que remete a outro sistema de exclusão, do qual Foucault mais tratou: a “vontade de verdade”, que se apoia “sobre um suporte e uma distribuição institucional” e que “tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. (FOUCAULT, 1996, p. 18).

Sob o olhar de Guerra (2010, p. 58), “um sistema democrático é aquele que sabe conviver com a diferença, seja de ideias, seja de costumes ou culturas [...]” e, no caso do enunciado E1, apesar de se forjar “a imagem da inclusão social e de cidadania para os povos indígenas”, ficam à mostra “as complexas relações de poder”. Desse modo, ao enfatizar a igualdade entre todos os sujeitos e o direito de frequentar a escola, a suposta democracia acaba por excluir o indígena, que se vê obrigado a se adequar à dita normalidade, buscando a cultura do outro, na tentativa de se ver como este outro, outro que detém poder .

**E2:** [...] Estes falam que quando entram em uma loja pra fazerem compra, têm a impressão de serem olhados de forma diferente pelos vendedores. (sic)

No enunciado percebemos por meio da forma verbal “*falam*”, 3ª pessoa do plural, um discurso objetivado, provocando um esvaziamento, distanciamento do

educador na tentativa de preservação da face. Podemos depreender que ao mencionar os alunos “*serem olhados de forma diferente*” ao entrarem em lojas, mercados, reforça a agência do poder coercitivo da sociedade. Uma vez que, a distribuição dos indivíduos no espaço é o primeiro passo para a disciplina, separar os corpos, mas torná-los visíveis para a observação, “a disciplina às vezes exige cerca, a especificidade de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 1999, p. 122), sendo a separação da comunidade indígena feita pelo estereótipo, pela língua, por uma categoria biológica racista.

Ainda sobre a expressão em destaque podemos citar as palavras de Guerra (2006) em “*O legado de Michel Foucault: saber e verdade nas ciências humanas*” sobre História da Sexualidade, 1976:

Gestos, atitudes, comportamentos, maneiras de ser também marcam o discurso, que não se caracteriza apenas pelo dito ou pelo que ainda deve ser dito, mas por um conjunto de possíveis significações que operam relações de força e que atravessam as relações sociais (GUERRA, 2006, p. 210).

Entendemos desse modo, que o olhar diferenciado que a sociedade tem dado aos indígenas constrói sentidos, trazendo inclusive efeito de sentido de que os indígenas não estão em seus lugares, que são indisciplinados, de que seu lugar é na aldeia, floresta, numa espécie de controle, excluindo-os do meio social.

**E3:** [...] Eu tenho também alguns parentes que são mestiços de índio com não índio minha mãe tem amigos que também não são índios e nossa relação é normal como se todos fossem gentes, porque é isso que nós somos, todos iguais. (*sic*)

Nas palavras de Hall (2006, p. 41), “nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua”. Assim, podemos dizer, a partir dos interdiscursos, que a memória do enunciador **E3** está sob uma configuração de poder que o rege, pois classifica a vivência com os homens brancos como “normal”. Lembra-nos Muchail (2004, p. 61- 62), em *Foucault, Simplesmente*:

Pelo "exame" instaura-se, igualmente, um modo de poder em que a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão, mas, sobretudo, no modo mais sutil do adestramento, da produção positiva de comportamentos que definem o "indivíduo" ou o que "deve" ele ser segundo o padrão da "normalidade".

Assim, o enunciador demonstra-se deslocado, no entre-lugar (GUERRA, 2010; BHABHA, 1998), guiado pelos discursos da sociedade disciplinar, dos saberes das ciências humanas sobre si e pelos discursos que tem de si, aceitando-se como indígena na relação com o outro, afirmando a sua identidade, mas igualando-se, a partir de um discurso democrático "*todos iguais*". Discurso de fantasia, já que, na sua própria discursividade, se mostra heterogêneo, assim como sua identidade, que, segundo Coracini (2007, p. 108), se constitui pelo outro, pelo desejo de ser o outro, de modo que o sujeito acaba "por se sentir incapaz por não conseguir fazer o que o outro faz, não conseguir ser o que e como o outro é, esse outro que ele ou ela deseja, mas que lhe é inatingível".

A esse respeito, Judith Revel (2005, p. 66), em *Michel Foucault: conceitos essenciais* registrou: "o pensamento medicalizado distingue o normal e o anormal; ele se atribui os meios de correção que não são exatamente os meios de punição, mas meios de transformação dos indivíduos [...]", os quais se encontram em conflito na fala de E3. Em "*como se todos fossem gentes*", formação discursiva das ciências humanas pode-se fazer referência à "palavra proibida" (FOUCAULT, 1996, p. 19), que nos traz, como efeito de sentido, outro sentido que não o dito, "bichos", que se constituiu historicamente mediante as relações de dominação por parte dos homens brancos sobre os indígenas e negros, como se fossem desprovidos de humanidade e que permanece cristalizado, abafado, na memória dos sujeitos.

É preciso ressaltar o quanto a *discursividade* sobre os indígenas e, conseqüentemente, o ingresso nas escolas indígenas contribuiu para que esse sujeito se valorizasse mais e assumisse a ratificação de sua identidade. Pode-se compreender isso a partir de "*gente*", pois o outro o afetou, afetou a forma como a sociedade o vê, como ele é significado, dotado de capacidades intelectuais.



Ainda podemos prosseguir e depreender, por meio do discurso universal, na formação discursiva democrática “*porque é isso que somos, todos iguais*”, que o enunciado possui um sentido de reivindicação social de igualdade. Comparando-se com os outros (homens brancos), o próprio indígena precisa concordar, aprovar a si mesmo, já que nem todos se veem como índio. Dessa forma, o sujeito tende a construir uma identidade com o sentido de resistência à sociedade, em busca de sua valorização enquanto indígena, sem deixar de ser indígena.

Entendemos ser relevante mencionar que, de acordo com os referenciais para a educação indígena, “a ética indígena se baseia nos valores e princípios morais próprios das diversas comunidades indígenas como a solidariedade, a generosidade, a hospitalidade, o respeito às coisas sagradas, à mitologia, à natureza, à religiosidade” (RCNEI, 1988, p. 101), e, como a escola não pode ser um espaço de perda dos princípios morais da comunidade, os valores tradicionais recebem tratamentos pedagógicos, reforçando ou substituindo os valores indígenas.

**E4:** O preconceito também atrapalha muito índio que querem trabalhar fora da aldeia por exemplo nos primeiros emprego. (*sic*)

Percebemos, a partir de uma formação discursiva do trabalho, as vozes daqueles que não podem ser ouvidos, mas que imploram por uma oportunidade na sociedade, os indígenas que estão desempregados, sem terra, deslocados de si, do outro e do meio em que vivem. Isso podemos depreender por meio do enunciado “*trabalhar fora da aldeia*”, entrar em uma sociedade seletiva que só adentra ao mercado quem estiver bem preparado, pois “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 1996, p. 37).

É cabível dizer, que sob o olhar de Foucault (1996), nem todos os lugares são permitidos, mesmo para aqueles que satisfaçam as regras do jogo de poder (o homem branco), havendo, mais uma vez, marcas que apontam para rarefação dos sujeitos indígenas, os quais tendo sua entrada barrada se situam à margem. Percebemos por meio da forma verbal “*querem*”, em 3ª pessoa do plural, vozes que não a do enunciador, que se distancia. Mas, pelas condições de produção (adolescente indígena),

podemos depreender que ao fazer referência a tal discurso e não outro, também fala de si e daqueles que lutam pelo “*primeiro emprego*”, na tentativa de manter os estudos e entrar no mercado de trabalho, estando o indígena deslocado do seu espaço sociocultural e também de si mesmo.

### **Considerações finais**

A despeito de havermos analisado apenas quatro recortes de discursos, fica visível que os índios vivem uma relação preconceituosa e de segregação, marginalizados e interditados. Pela legitimação da lei, é dado ao indígena o direito à igualdade, de ser cidadão, entretanto o que prevalece é o poder da ideologia dominante que, ao homogeneizá-lo, apaga suas diferenças. Assim, ao aluno indígena resta a adequação, o desejo do domínio sobre o outro, sua língua e seus costumes, uma estratégia de apoderamento e de sobrevivência.

Desse modo, o indígena constrói suas representações a partir de fragmentos de memória, atravessada pelas formações discursivas e ideológicas que compõem a memória discursiva do outro, i.e. na sociedade. As vozes que se fazem ouvir apuram preconceito e exclusão sobre estes, e destes de si, por viverem em um espaço tenso e conflituoso no meio social que, ao mesmo tempo, os desloca do seu meio sociocultural e de si mesmos.

Por outro lado, os alunos indígenas têm a escola como afirmação à identidade de indígenas, numa posição de resistência ao poder e à cultura do homem branco. Assim, sua identidade constitui-se historicamente em constante movimento de (des) identificações, em busca de sua valorização como indígena, sem deixar de sê-lo.

### **Referências bibliográficas**

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG Editores, 1998.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.



FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. O legado de Michel Foucault: saber e verdade nas Ciências Humanas. In: NOLASCO, Edgar César & GUERRA, Vânia Maria Lescano. *Discurso, alteridades e gêneros*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006, p. 201-213.

\_\_\_\_\_. *Práticas discursivas: crenças, estratégias e estilos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

MUCHAIL, Salma Tannús. *Foucault, simplesmente*. Textos Reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovezani Filho, Nilton Milanez e Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

TROQUEZ, Marta Coelho Casto. *Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS: UFGD, 2006. 189 p.

#### **Fontes Documentais**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Redação GD News. Censo, 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br> . Acesso em: 02 de junho de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. (1998). *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)*. Brasília: MEC/SEF/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas.